



DOI: 10.5821/siu.10287

TERRITÓRIO, PAISAGEM E IDENTIDADE CULTURAL:

O centro histórico de Rio Claro/SP – Brasil

Territory, landscape and cultural identity:

The historic centre of Rio Claro/SP - Brasil

Autoras: Camila Cristina Piccoli Campoy, Maria Cristina da Silva Schicchi

RESUMO

O presente trabalho se propôs a estudar a preservação do patrimônio cultural do município de Rio Claro/SP. Busca-se compreender a relação da população com o patrimônio cultural e seu grau de sentimento de pertencimento e de identidade com o centro histórico da cidade, objeto de tombamento pelo Condephaat (órgão estadual de preservação) e área privilegiada em termos de investimentos. Contudo, esse tombamento priorizou os aspectos construtivos, a relevância histórica, arquitetônica e o potencial turístico do centro, sem o necessário entrelaçamento a outros valores, como os afetivos e os imateriais, decorrentes das práticas sociais como, por exemplo, os relacionados aos remanescentes ferroviários, também presentes no centro. Esse artigo discute as distintas ações de preservação sobre os bens reconhecidos oficialmente e outras referências culturais presentes no centro. Como resultado, espera-se contribuir com uma revisão crítica dos critérios de valorização e reconhecimento do patrimônio cultural de forma a fundamentar futuras políticas municipais.

Palabras clave: Patrimônio cultural, memória, identidade, território.

Bloque temático: Análisis y ordenación del paisaje. Subtema: Paisajes culturales

ABSTRACT

This work aims to study the preservation of cultural heritage in the city of Rio Claro/SP. It seeks to understand the population's relationship with cultural heritage and their degree of feeling of belonging and identity with the city's historic center, which has been listed by the Condephaat (state preservation agency) and privileged area in terms of investments. However, this listing prioritized construction aspects, historical and architectural relevance and the tourist potential of the center, without the necessary intertwining with other values, such as affective and immaterials, resulting from social practices such as, for example, those related to railway's remnants, also present in the center. This article discusses the different preservation actions on officially recognized property and other cultural references present in the center. As a result, it is expected to contribute to a critical review of the criteria for valuing and recognizing cultural heritage in order to support future municipal policies.

Keywords: Heritage, memory, identity, territory.

Topic: Análisis y ordenación del paisaje. Subtopic: Paisajes culturales

Introdução

O presente trabalho tem como principal objetivo discutir os critérios adotados para a definição do perímetro do centro histórico da cidade de Rio Claro/SP e seus efeitos sobre a valorização do patrimônio cultural – inclusive o excluído deste perímetro - e a relação com a identidade de seus moradores. Parte-se da premissa de que a relação entre as formas de apropriação do território e os processos de criação de identidades são permeados pelos discursos e propostas de valorização oficiais. Desta forma, além da análise das ações do poder público, propôs-se conhecer e analisar de que forma esse patrimônio é reconhecido e valorizado pelos diferentes grupos sociais da cidade, que se apropriam do território de forma distinta e de acordo com interesses próprios, estabelecendo hegemonias nas disputas sobre ele.

O traçado urbano inicial da cidade – que está inscrito no perímetro tombado - possui singularidades, como sua concepção racional, organizada em retícula, com as ruas orientadas e numeradas de leste para o oeste e de norte para sul. Nas proximidades da estação ferroviária, tombada em 1982 (Processo n° 22295/82), estão localizados outros três edifícios protegidos pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), quando o órgão iniciou sua atuação no estado, são eles: a E.F. Cel. Joaquim Salles (Processo n° 24929/86) (Fig. 01); o edifício do Gabinete de Leitura (Processo n° 22297/82) (Fig. 02); o Sobrado do Barão de Dourados (atual sede do Museu Histórico (Processo n° 000353/73) (Fig. 03), também tombado pelo IPHAN. Além desses, foram tombados nesta primeira década a Floresta Estadual e Museu “Edmundo Navarro de Andrade” (Processo n° 00428/74) e outros dois remanescentes localizados, respectivamente, em Corumbataí e no Distrito de Ajapi: a Usina Hidrelétrica de Corumbataí (Processo n° 000300/73) e a Sede da Fazenda de Grão Mogol (Processo n° 20145/76).



Figura 1. E.F. Cel. Joaquim Salles. Fonte: Acervo das autoras.



Figura 2. Gabinete de Leitura. Fonte: Acervo das autoras.



Figura 3. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno de Veiga".

fonte: <<https://www.visiterioclaro.com.br/cultura-e-lazer/museu-historico-e-pedagogico-amador-bueno-da-veiga/>> acesso em 17/03/2021.

Porém, o que interessa discutir neste artigo é o processo de tombamento que abrange o núcleo urbano original, implantado em 1830 pela Sociedade de Bem Comum, cujos membros eram fazendeiros (Antônio Paes de Barros, Capitão Manoel Paes d'Arruda, Capitão Mor Estevam Cardozo de Negreiros, Joaquim José de Andrade e o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro), exceto o Padre Delphino. Essa sociedade liberal teve como primeira ação a construção da Igreja Matriz, mas tinha também como objetivo a "difusão dos bons costumes e a educação da mocidade". Assim, graças à doação de Antônio Paes de Arruda, a sociedade loteou as terras no entorno da Matriz para a arrecadação de verbas para a sua construção, definindo o local do atual centro histórico da cidade (Santos, 2000).

O núcleo urbano foi estruturado com 17 quadras em forma de "tabuleiro de xadrez" e trechos de 11 vias, incluindo a Praça da Liberdade; ao longo do tempo foi expandindo-se em todas as direções (Fig. 04). O traçado inicial ainda permanece íntegro, juntamente com as construções remanescentes deste período, o que justifica sua importância histórico-cultural: a antiga residência do Barão de Porto Feliz e do Visconde de Rio Claro (atual Escola Marcello Schmidt), a Escola Irineu Penteado, a antiga residência da família Siqueira Campos (atual Casarão da Cultura), o antigo solar Dona Luiza Botão (atual ETEC Armando Bayeux da Silva), assim como o obelisco comemorativo da República, localizado na Praça da Liberdade, todos listados no processo nº 46976/03 (Baldoni, 2006). São residências urbanas que pertenceram, em sua maioria, à elite rio-clarense ligada ao Império e, posteriormente, à Primeira República. A despeito de serem marcos desses

dois períodos da história da cidade e da importância de protegê-los diante de constantes transformações do centro - por pressão do mercado imobiliário para maior aproveitamento dos lotes, impondo novos padrões construtivos -, esses tombamentos priorizaram somente os aspectos construtivos dos patrimônios, por sua relevância histórica, arquitetônica, artística e potencial para o aproveitamento turístico, sem o necessário entrelaçamento a outros valores relacionados com a população, como os afetivos e os imateriais, decorrentes das práticas sociais, uma vez que estas, agregadas aos vetores materiais, produzem os significados sociais (Meneses, 2015:36).

Este traçado, assim como a lógica de denominação das ruas implantadas em 1885 (Fig. 4), ordenou a expansão urbana da cidade nos 130 anos seguintes, assim como o local de implantação da estação ferroviária, em 1876, quando se iniciou a formação de um novo centro, trazendo a modernização correspondente ao status econômico do município que, na época, era um dos principais produtores de café do Estado de São Paulo.

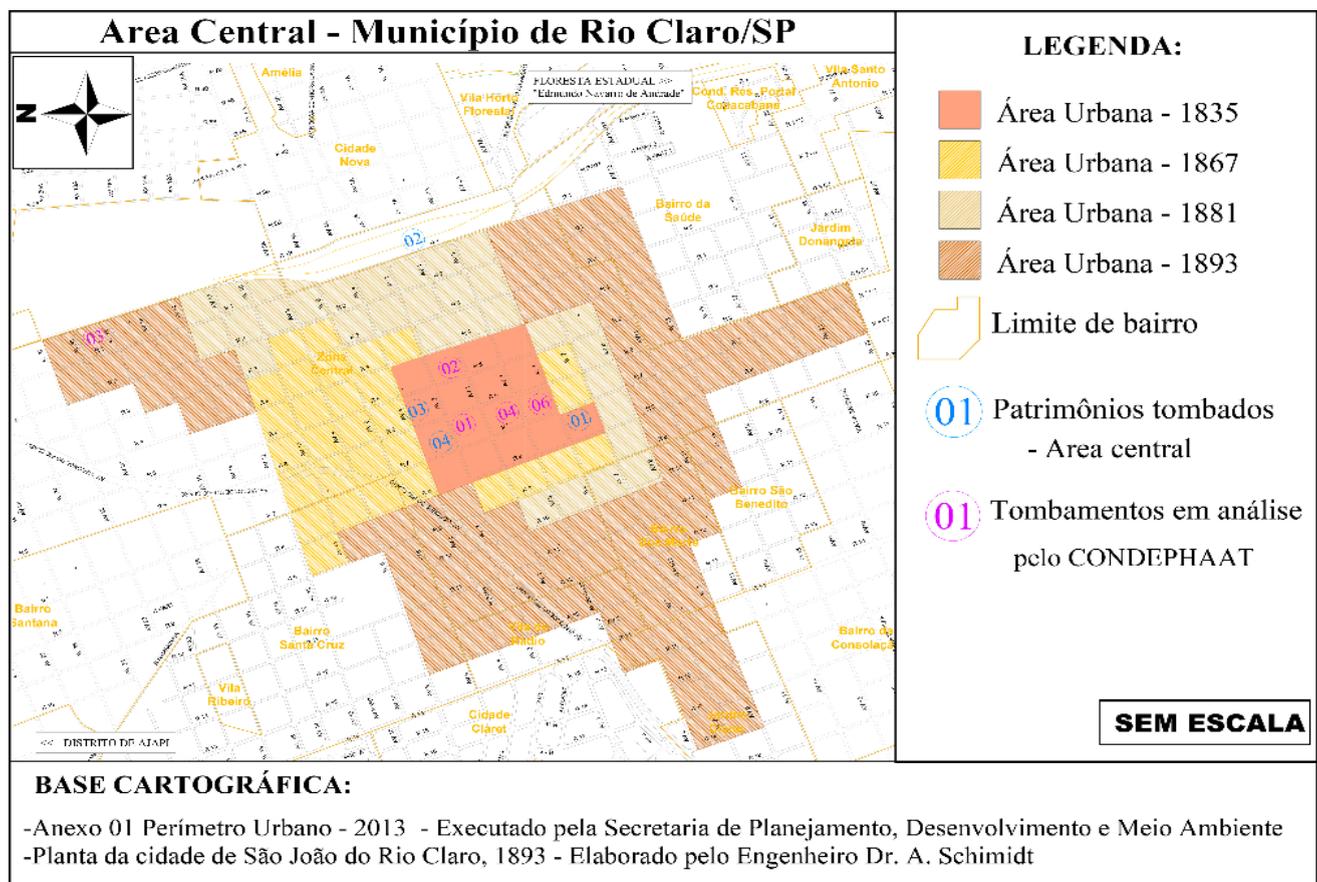


Figura 4. Mapa do Centro histórico de Rio Claro/SP com as transformações urbanas e os imóveis tombados ou em processo de análise pelo Condephaat. Fonte: Elaboração das autoras sobre Planta da Cidade de S. do Rio Claro levantada pelo Eng. Dr. A. Schmidt, 1893.

Ressalta-se que estes tombamentos se referem a edifícios remanescentes do período entre 1865 e 1890, quando a região de Rio Claro teve expressiva participação econômica e grande influência política nas transformações do país. Estas construções foram resultado do capital gerado pelo açúcar e posteriormente pelo café, promovendo diversas melhorias urbanas, implantação de infraestruturas e introdução da mão de obra livre nas lavouras, em meio às campanhas abolicionista e republicana (Baldoni, 2006).

Hoje, apesar de existirem subcentros na cidade, o centro histórico ainda é o local de concentração do comércio e dos serviços e do investimento público. A transformação da Estação Ferroviária (Fig. 5) em terminal rodoviário também contribuiu para gerar um aumento de fluxo na região, com impacto no tráfego local, tendo em vista que as ruas permaneceram com a mesma largura inicial, causando vários problemas na área estudada. Outra questão é que muitos dos prédios residenciais e comerciais, construídos entre as

décadas de 1950 e 1970, foram projetados sem a inclusão de garagens (Soave,1983), o que incentivou empreendedores a criarem muitos estacionamentos no perímetro central, provocando vacância e/ou demolição de construções.

De forma geral, observa-se que os tombamentos do município são resultantes de um mesmo período e se referem a um conjunto hegemônico que preservou a memória da elite rio-clarense, influente nas decisões políticas locais e responsável pela construção de diversos edifícios significativos da cidade, como por exemplo o Teatro São João, posteriormente denominado Teatro Fênix. O teatro foi demolido em 1957, ação que recebeu muitas críticas da população pois, durante meio século, abrigou diversos eventos, nacionais e estrangeiros. Essa concentração da valorização nos remanescentes deste período representativo do auge econômico e político da cidade mascarou diversidades, contradições, conflitos e definiu hierarquias (Meneses, 2015:209).



Figura 5. Estação Ferroviária de Rio Claro/SP. Fonte: Acervo das autoras.

O Teatro Fênix foi também ponto de encontro dos grevistas da Cia. Paulista. Esse movimento popular, organizado pelos operários da ferrovia, no período de 15 a 31 de maio de 1906, no caso de Rio Claro, mobilizou maior número de participantes e sensibilizou a população rioclarense, já que a empresa, além da estação, possuía também uma oficina de componentes e reparos na cidade. As reivindicações mudaram as condições de trabalho e trouxeram melhorias socioculturais para os trabalhadores. Porém, após as greves, a CIA Paulista iniciou um controle mais rígido das atividades dos operários, que se estendia para além do horário de trabalho nas oficinas e atuava nas atividades de lazer das famílias e na formação de novas gerações de operários (Mina e Almeida, 2018). A implantação de um sistema mais racional de trabalho, baseado no modelo taylorista, desarticulou a produção que antes era feita por profissionais de ofício, como serralheiros, condutores de locomotivas e outras profissões, e criou sucessivas gerações de aprendizes especializados em apenas um setor da produção. Para tal, foram criadas escolas específicas, como a antiga escola de aprendizagem SENAI Ferroviária (atual escola técnica EDUQ) e equipamentos como o Grêmio Recreativo dos empregados da Cia. Paulista (antiga Banda Musical União dos Artistas), existente desde 1896, que a partir da mudança de nome também ampliou as atividades para além da prática musical, incluindo atividades como a prática de tênis, bocha, atletismo, boxe, futebol, natação e outros esportes (Valdanha Netto et al., 2010).

Neste período, a cidade se tornou predominantemente ferroviária e de comerciantes, já que grande parte da aristocracia cafeeira transferiu sua residência para a capital, situação possibilitada pela facilidade de deslocamento promovida pela ferrovia. A criação da Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, antigo horto, para reposição de madeira na fabricação de dormentes e componentes dos trens da ferrovia, também beneficiou a cidade, assim como a construção do cinema dos ferroviários, como o Cinema Tabajara (atual comércio Casa e Vida), cujo proprietário era o mesmo do Cine Excelsior (atual restaurante Excelsior e loja de departamentos) localizado na área central. O Cinema Tabajara foi implantado no bairro Vila

Aparecida, um antigo subúrbio, com o intuito de atender os operários e a população dos bairros próximos à ferrovia, tendo em vista o aumento do número de imigrantes que a partir de 1882 ocuparam esses bairros, em especial, o Cidade Nova, a Vila Operária, a Vila Paulista e a Vila Alemã (Garcia, 1992).

Os valores e significados atribuídos aos patrimônios mudam com o tempo e com a sociedade e o patrimônio “inscreve-se entre a história e a memória” (Poulot, 2009:235). Esta relação do homem com sua história, do passado com o futuro, da memória e do esquecimento, implica quem determina aquilo que deve ser preservado ou será descartado, demolido e conseqüentemente esquecido com o tempo, sendo neste caso, os grupos subalternos e as minorias étnicas e sociais os mais desfavorecidos e menos esclarecidos.



Figura 6. Imagens do Centro histórico de Rio Claro/SP: na década de 1950 (Esquerda); na década de 1990 (Direita). Nota-se a transformação das quadras a partir da construção de edifícios verticalizados. Fontes: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”

Tal fato pode ser confirmado no centro de Rio Claro, onde diversos edifícios significativos que não foram objeto de regulamentação e de fiscalização, originalmente construídos para usos residenciais, foram reutilizados para funções públicas ou pelo comércio, muitas vezes, sem qualquer condição de conservação, o que expressa a visão de uma parte da população que percebe a preservação como um fator de estagnação do desenvolvimento urbano, fato agravado por não haver iniciativas de esclarecimentos ou incentivos por parte do Poder Público para que os proprietários dos imóveis preservem os remanescentes que fazem parte da memória urbana. Muitos edifícios de valor histórico-cultural da região central da cidade foram demolidos ou substituídos por edifícios para fins de serviços, por condomínios verticalizados ou até mesmo para uso como estacionamento (Fig. 6), atendendo à demanda do tráfego na área central, conforme já dito, durante o horário comercial. Diversos casarões localizados na Rua 4 são exemplos desse processo, como o antigo Bar e Restaurante “A Toca”, demolido para dar espaço ao estacionamento de um banco; o Casarão da Família Picoli, substituído por uma agência bancária (Fig. 7, 8) e o edifício do antigo Cine Excelsior, já citado anteriormente, que ainda mantém seu nome gravado na calçada. Após o horário comercial, com o movimento praticamente inexistente, transformam-se em paisagens desertas ou subutilizadas.



Figura 7. Imagem do antigo Casarão da Família Picoli, localizado na Rua 04, Avenidas 02 e 03, na Zona Central. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”.



Figura 8. Imagem da Agência Bancária Bradesco S/A, localizada hoje no local onde se situava o antigo Casarão da Família Picoli. Fonte: Acervo das autoras.

São também lugares de memória¹, na medida em que configuram paisagens do cotidiano dos moradores, importantes para a afirmação da identidade de grupos ou indivíduos. Nesse sentido, a patrimonialização pode tanto desempenhar um papel essencial para a preservação da memória coletiva de determinados grupos, quanto legitimar a exclusão e esquecimento de outros. O que nos leva a questionar até que ponto os tombamentos oficiais do município de Rio Claro são representativos para todos os grupos socioeconômicos e culturais, e qual o grau de sentimento de pertencimento e de identidade que o cidadão rio-clarense contemporâneo possui com tais elementos?

“Se identidade, memória e patrimônio são “as três palavras-chave da consciência contemporânea” - poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória - é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a

¹ O conceito de lugar de memória foi definido por Nora (1993) como sendo toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.

identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.” (Candau, 2011:16)

Considerando os tombamentos já consolidados, é possível apontar o contraste com os poucos remanescentes relacionados à ferrovia protegidos, a despeito da permanência de uma identidade ferroviária em diferentes gerações da população rio-clarense, mesmo não havendo uma relação de trabalho, própria ou de familiares, direta com a ferrovia. São muitos os elementos presentes no cotidiano da população que carregam resquícios daquele modo de vida implementado pela ferrovia, como o apito do trem que ainda é acionado no cruzamento diário da linha nas avenidas 8 e 7A, com seu típico congestionamento; as áreas de recreação da cidade (em especial, a Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”); o comércio central que ainda é mais intenso nas ruas 01 a 03, próximas à ferrovia; as histórias orais contadas pelos mais velhos e a paisagem urbana da área central emoldurada pela linha e seus equipamentos, passarelas e transposições. A área, administrada hoje pela RUMO Logística - que possui direito de uso da superfície - já pertenceu à Cia. Rioclarense de Estradas de Ferro, Cia. Paulista, Fepasa, ALL (América Latina Logística S/A), e hoje é uma área muito cobiçada pelos empreendedores imobiliários, por sua localização e extensão no traçado urbano da cidade.

Por outro lado, a população vem se mobilizando lentamente com o intuito de proteger alguns espaços remanescentes da ferrovia, mesmo não sendo objetos de políticas públicas locais. Iniciativas como a criação do Instituto Memória Ferroviária (IMF) de Rio Claro, localizado na Estação Ferroviária, que compartilha o uso do edifício com a Secretaria de Esportes e Turismo, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Cultura. Com objetivo de atuar no âmbito social, cultural e educativo, sem fins lucrativos, o instituto foi fundado em 2018 por ex-ferroviários e interessados em resgatar e preservar a memória ferroviária. A partir da sua atuação foi promulgado o Decreto nº 11.911 de 21 de agosto de 2020, pela prefeitura, concedendo o direito de uso de alguns espaços nos edifícios remanescentes, tais como a Sala Bar e Café da Estação Ferroviária (Fig. 9), a Sala do Relógio da Estação Ferroviária, a Cabina de Chaves da Avenida 8 - Centro de Ferromodelismo (Fig. 10) -, o Túnel sob a passagem da porteira da Avenida 8 - espaço para exposições (Fig. 11) – e a Linha Reta de acesso à Plataforma da Estação Ferroviária e a Linha T-20, onde se almeja criar um trem turístico até a Estação de Santa Gertrudes (IMF, 2018).



Figura 9. Sala “Bar e Café” e Sala do Relógio (ao fundo) da Estação Ferroviária de Rio Claro/SP. Fonte: Acervo das autoras.



Figura 10. Cabina de chaves da Avenida 08. Fonte: Acervo das autoras.



Figura 11. Foto interna do Túnel de passagem da Avenida 08 (esquerda). Vista da Avenida 8, indicando a entrada do Túnel de passagem (direita). Fonte: Acervo das autoras.

Partindo do entendimento destas diferentes formas de atuação na preservação do patrimônio de Rio Claro, em que há, por um lado, uma ação de tombamento em nível estadual para os remanescentes do período histórico relacionado à produção cafeeira e, por outro, uma atuação em nível municipal a partir do reconhecimento do direito de uso como forma de preservação dos remanescentes ferroviários, se impôs para a pesquisa a necessidade de rever critérios e procedimentos para a eleição dos objetos, lugares e práticas representativos da população, considerada em sua totalidade, visando uma reflexão para subsidiar os planos diretores e políticas de preservação locais. Entre outros aspectos, busca-se estimular a criação de uma instância permanente de avaliação sobre determinados bens – seja a partir do próprio conselho de preservação municipal ou por outros fóruns que possam ser criados – de forma que, ao longo do tempo, estes possam ser questionados, estudados e ressignificados, para que o antigo não seja obstáculo a novas formas de apropriação e o novo não se implante sob um desconhecimento dos valores atribuídos por diferentes grupos, num processo dinâmico que permita a preservação em meio à transformação.

Com este objetivo, a metodologia foi dividida em três etapas: em um primeiro momento, a pesquisa teve uma abordagem histórico-analítica dos processos que levaram à eleição de valores socioculturais atribuídos aos objetos selecionados. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a preservação de áreas e centros históricos em fontes secundárias e uma pesquisa documental, isto é, em acervos públicos, bibliotecas, teses e dissertações relacionadas ao tema, além dos órgãos responsáveis pelos tombamentos (Condephaat e IPHAN), onde foram analisados os tombamentos isolados já oficializados, o tombamento do núcleo original

da cidade de Rio Claro (iniciado em 08/05/2006 e ainda em curso), assim como os elementos que compõem seu traçado original e os remanescentes ferroviários. Tendo em vista que a ferrovia e seus equipamentos, implantados ao redor do centro, também se constituem em referências de um período de fixação da população predominantemente operária na cidade, em que foram criados bairros homogêneos e se estabeleceu um cotidiano marcado pelo ritmo da ferrovia e das oficinas ferroviárias, definiu-se como recorte da pesquisa uma área para além do perímetro definido como centro histórico da cidade de Rio Claro/SP (Fig.12), incluindo as áreas envoltórias e os bairros centrais da primeira expansão do centro. Isso permitiu que a discussão se estabelecesse a partir de uma relação dialética entre o centro reconhecido oficialmente e os remanescentes ferroviários da zona central da cidade.

Como resultado parcial desta etapa de trabalho, observou-se a preocupação da população e do poder público, em especial, pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, em registrar e catalogar diversos patrimônios edificados, em sua maioria concentrado na área central. Também se identificaram projetos inclusivos que favorecem a memória de diferentes grupos como, por exemplo, o Projeto “Memória Viva” que procura dar voz aos cidadãos de Rio Claro por meio de entrevistas, que visam registrar a história não oficial da cidade, ressaltar o valor da vida das pessoas e o significado de suas trajetórias pessoais e o “Projeto Griô”, que promove a realização de rodas de conversas entre a população e alguns representantes locais, onde entende-se por Griô aquela pessoa que, pela experiência vivida na família e na comunidade, desempenha o papel de agente cultural, transmitindo oralmente valores, costumes e tradições a seus descendentes e a seus grupos, constituindo-se em instrumento central de preservação da cultura afro-brasileira presente em Rio Claro. A memória imagética da população também é valorizada por meio de concursos fotográficos temáticos, como o Projeto “Rio Claro revela sua história”, iniciado em 2013, onde a população é incentivada a registrar por meio de fotografias, seu olhar sobre edifícios, lugares, trabalho, tradições e até mesmo o cotidiano.



Figura 12. Mapa indicando o núcleo urbano central definido em 1826, denominado Centro histórico de Rio Claro/SP; a área das antigas oficinas da CPEF, os principais patrimônios edificados e os equipamentos ligados à ferrovia. Também estão destacados os bairros Vila Operária, Cidade Nova e Vila Paulista. Fontes: Intervenção das autoras sobre o Anexo IV.a – Mapa do Zoneamento do Distrito Sede,

Plano Diretor – 2017, desenvolvido pela Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

Porém, através de consultas nas atas da Câmara Municipal de Rio Claro e sobre a legislação vigente local, referente à preservação do patrimônio cultural, verificou-se que os resultados desta diversidade de iniciativas de registro e de reconhecimento das referências culturais de distintos grupos é pouco explorada para a formulação de políticas culturais mais efetivas. Mesmo no que se refere à fiscalização dos edifícios tombados, o município não criou nenhuma estratégia para a conscientização de proprietários, locatários e usuários.

Assim, em uma segunda etapa, a pesquisa buscou, através de uma análise técnica-documental, revisar os critérios estabelecidos para o tombamento do núcleo histórico e da cidade. A partir da legislação urbanística vigente local - Plano Diretor municipal, Lei de Zoneamento Urbano - e outras legislações específicas voltadas à preservação do patrimônio, a análise se concentrou em um recorte mais amplo, estabelecido pela Prefeitura Municipal de Rio Claro, denominado ZEPAC 2 (Zona Especial de Preservação Ambiental e Cultural do âmbito urbano) (Fig. 13), de forma a compreender se foram ou não considerados os aspectos de identidade e pertencimento de diferentes grupos, coletivos e residentes que utilizam o centro, à luz dos usos e atividades hoje presentes na área, bem como as formas de apropriação em diferentes períodos. Essa análise resultou na identificação em mapas históricos evolutivos e mapas de zoneamento dos diferentes perímetros de tombamento, patrimônios e áreas sujeitas a restrições construtivas devido ao interesse de preservação.

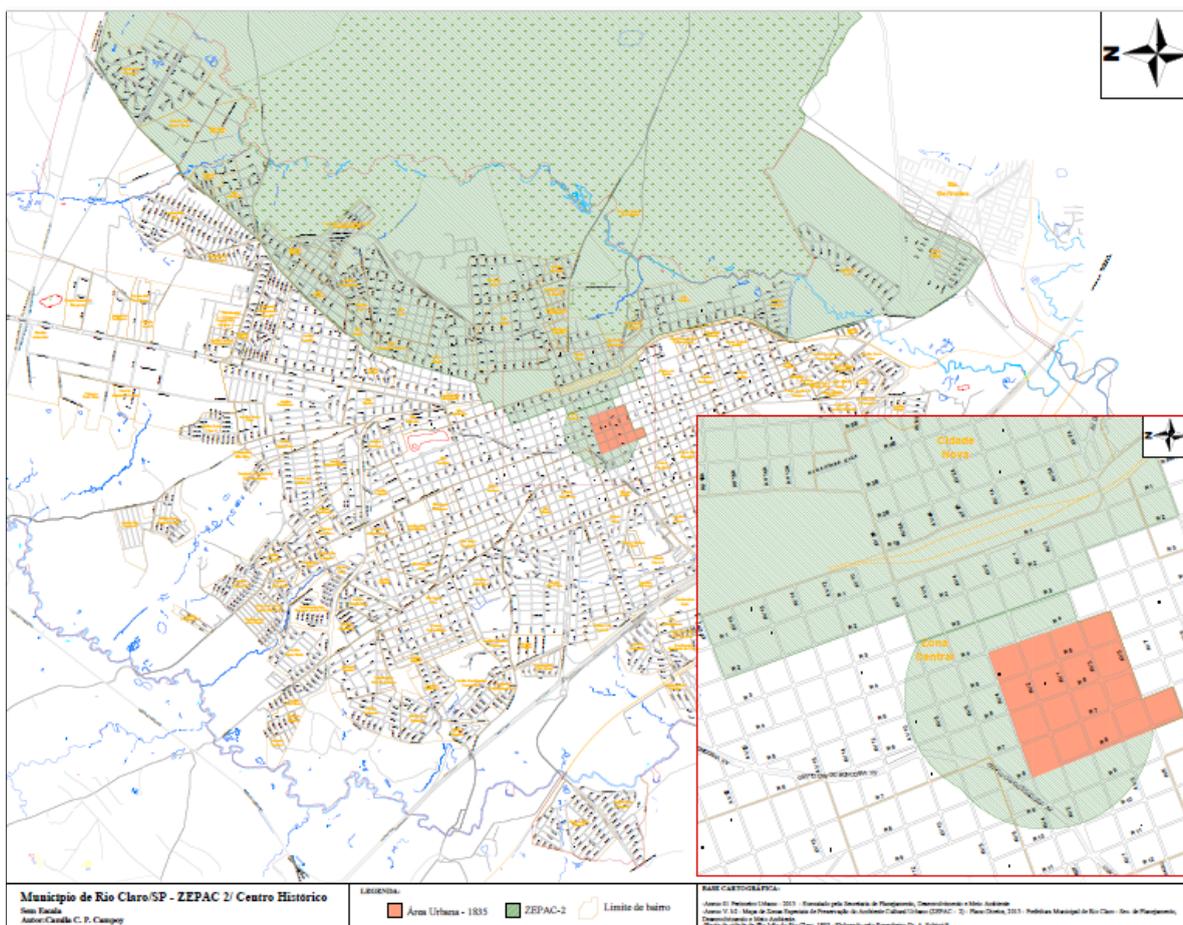


Figura 13. Mapa do Município de Rio Claro com a indicação da ZEPAC 2 e o Centro histórico. Fonte: Elaboração das autoras sobre Planta da Cidade de S. do Rio Claro levantada pelo Eng. Dr. A. Schmidt, 1893. Em destaque, Mapa de Zonas Especiais de Preservação do Ambiente Cultural Urbanos (ZEPAC 2) – Plano Diretor, 2015, Prefeitura Municipal de Rio Claro – Sec. de Planejamento.

A terceira etapa, ainda em curso, constitui-se a partir de pesquisa empírica. Foram considerados e inter-relacionados outros patrimônios culturais materiais e imateriais da cidade, como o antigo Teatro Variedades, localizado na Avenida 1 (Fig.14), os edifícios remanescentes do período da expansão de equipamentos para uso dos ferroviários, construídos a partir dos anos 1940, e a apropriação de espaços (públicos e privados) de encontro e para realização de atividades dos diversos grupos, os quais, quando cotejados com os já reconhecidos patrimônios localizados no centro histórico, permitem compreender distintas dinâmicas de apropriação dos territórios e quais permanecem ativos na memória dos diferentes grupos étnicos e sociais. Para tal, o método de observação participante e entrevistas seletivas com distintos representantes destes grupos estão sendo utilizados.



Figura 14. Vista do antigo Teatro Variedades (atual rede de supermercado), localizado na Avenida 01, esquina com a Rua 6 - Centro.
Fonte: Acervo das autoras.

Considerações finais

A pesquisa empreendida até o momento partiu do reconhecimento da importância das relações de identidade e da preservação da memória de distintos grupos para a definição dos objetos e práticas sociais a serem preservadas. Como consequência, foi necessário questionar as formas tradicionais de reconhecimento, baseadas somente em valores históricos, arquitetônicos e artísticos, em geral, de domínio da esfera técnica e acadêmica, mas pouco compreendidos pela população local.

O desconhecimento sobre o universo mais amplo de elementos representativos da memória urbana da cidade presentes no centro, por parte das gestões, resultou de um distanciamento do cotidiano e das estratégias de apropriação dos lugares para práticas sociais de novos grupos, em especial, dos que não sendo residentes no centro, a ele recorrem para suas atividades culturais e de lazer. Evidência disso, a indicação de elementos a serem preservados, em especial, pela instância estadual, não levou em conta as dinâmicas urbanas atuais e as relações socioculturais existentes no centro, incidindo sobre um perímetro construído no final do século XIX.

Neste sentido, a pesquisa aponta para caminhos e métodos heterodoxos de tratamento dos remanescentes materiais e imateriais, invertendo o olhar para o reconhecimento de distintas ações de afirmação de cidadania, que permitem observar outras referências culturais presentes no centro de Rio Claro.

Conforme explicitado anteriormente, como resultado, pretende-se discutir possibilidades de definição de propostas de preservação que incorporem as transformações nas formas de valorização dos patrimônios culturais ao longo do tempo. Ainda como subproduto da pesquisa, procurou-se evidenciar e mapear distintos

territórios culturais dentro do contexto urbano do centro, de forma a contribuir com a atuação dos órgãos de planejamento e preservação locais.

Referências

- CANDAU, J. (2011). *Memória e Identidade*. Tradução: FERREIRA, L. Maria. São Paulo: Editora Contexto.
- FITTIPALDI, F. C. (1984). O Teatro São João. Rio Claro: *Revista Arquivo Público de Rio Claro*, p.36-38, 26-38.
- IMF - INSTITUTO MEMÓRIA FERROVIÁRIA (2018). Prospecto. Rio Claro [s.n.; s.d.].
- NORA, P. (dez.1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. In: Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28.
- NUNES, A. B. (2015). *Memória e ferrovia: Diferentes gerações relembando a experiência da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro*. São Paulo: USP.
- POULOT, D. (2009). *Uma história do patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII – XXI. Do monumento aos valores*. Tradução João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade.
- SANTOS, F. A. (2000). Rio Claro: *Uma cidade em transformação (1850 – 1906)*. CAMPINAS:UNICAMP.
- SOAVE, V. L. de O. (1983) Transformações do espaço arquitetônico do centro histórico da cidade de Rio Claro. CAMPINAS. Trabalho de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PUC-Campinas.

Fontes Eletrônicas

- BALDONI, Marco A. (2006). Destruição e tombamentos do centro histórico de Rio Claro. Minha Cidade. 072.01 Rio Claro. ano 06, jul. 2006. <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.072/1943>> (Consulta: 05/07/2021).
- GARCIA, L. B. R. (1992). Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: trabalho e vida operaria, 1930-1940. 1992. [239]f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280756>> (Consulta: 05/07/2021).
- MENESES, U. T. B. de. (1993). A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Revista Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 1(1), 207-222. <<https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100014>> (Consulta: 05/07/2021)
- MINA, R. V. e ALMEIDA, M. A. B. (2018). O Lazer dos Ferroviários em Rio Claro-SP e o Controle da Companhia Paulista. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, V.21 n.3, 299–318. <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1871>> (Consulta: 05/07/2021).
- RIO CLARO, Conversa Griô. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”. Disponível em <<http://aphrioclaro.sp.gov.br/conversa-grio>> (Consulta: 05/07/2021).
- RIO CLARO, Lei Complementar nº 082 (25 de Setembro de 2013). Disponível em <<https://www.rioclaro.sp.gov.br/publicacoes/publicacoes-home.php>> (Consulta: 27/09/2019).
- RIO CLARO, Lei Complementar nº 128 (04 de Dezembro de 2017). Disponível em <<https://www.rioclaro.sp.gov.br/publicacoes/publicacoes-home.php>> (Consulta: 27/09/2019).
- RIO CLARO, Memória Viva. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”. Disponível em <<http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/memoria-viva/>> (Consulta: 27/09/2019).

RIO CLARO, Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. Visite Rio Claro. Disponível em <<https://www.visiterioclaro.com.br/cultura-e-lazer/museu-historico-e-pedagogico-amador-bueno-da-veiga/>> (Consulta: 17/03/2021).

SANTOS, F. A. (2016). Rio Claro e a greve dos trabalhadores da Cia: Paulista de Estradas de Ferro em 1906. *Am. Lat. Hist. Econ.* [online]. n.25, p.95-117. México ene./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532006000100004&lng=es&nrm=iso> (Consulta: 05/07/2021).

VALDANHA NETTO, A.; SOUZA NETO, S. e HUNGER, D. A. C. F. (2010). O Grêmio da Paulista e o lazer do ferroviário rio-clarense. *Motriz. Journal of Physical Education*. Rio Claro, v.16 n.3 p.549-558, jul./set. 2010. <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1293>> (Consulta: 05/07/2021)